CAIO CÉSAR DE OLIVEIRA

**APAGAMENTO, DESINDEXAÇÃO E ESQUECIMENTO:
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA INTERNET**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Titular Dra. Teresa Ancona Lopez

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2020

CAIO CÉSAR DE OLIVEIRA

**APAGAMENTO, DESINDEXAÇÃO E ESQUECIMENTO:
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA INTERNET**

Dissertação de Mestrado, apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação da Profa. Titular Dra. Teresa Ancona Lopez.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIRITO
SÃO PAULO-SP
2020**

OLIVEIRA, Caio César de. **Apagamento, desindexação e esquecimento: a experiência brasileira na Internet**. 2020. 192f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Ao meu pai e a minha mãe. Um pesquisador e professor universitário e uma bibliotecária que sempre incentivaram, acompanharam e vibraram comigo em cada passo dado ao longo da estrada da vida.

À Renata Michel. Companheira que acompanhou de perto a evolução desse trabalho e, em muitas situações, foi tolerante com as minhas ausências em prol dos estudos.

AGRADECIMENTOS

À Professora Teresa Ancona Lopez por me acolher e demonstrar com extrema seriedade, responsabilidade e leveza o valor dos estudos e da academia. Foi somente depois de conhecer a Professora Teresa e cursar a disciplina “Visão dinâmica da Responsabilidade Civil”, ainda como aluno especial, em 2013, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que tive certeza do caminho que gostaria de seguir.

Ao Professor Marcel Leonardi, pois também em 2013, tive a oportunidade de participar do curso de extensão em “Direito Digital Aplicado”, ministrado na Fundação Getúlio Vargas, e passei a me interessar pelos temas relacionados ao Direito Digital, que são conduzidos por Marcel com maestria. O Professor muito contribuiu para a elaboração da presente dissertação, não somente por ter participado ativamente da banca de qualificação, mas, principalmente, por sempre esclarecer dúvidas, recomendar leituras e dar conselhos com muita atenção e zelo.

Aos Professores Sérgio Branco e Carlos Affonso, que tive o prazer de conhecer virtualmente ao participar do curso “Repensando Cultura, Direito e Tecnologia”, ministrado ao vivo e online, pelo Instituto de Tecnologia do Rio de Janeiro (ITS-Rio), em 2015. Os Professores Sérgio Branco e Carlos Affonso também contribuíram para a elaboração do presente estudo, não somente com os seus textos, aulas e obras publicadas a respeito do tema, mas também com a orientação precisa, crítica e atual para o debate do tema.

Aos Professores Alexandre Pacheco, Renato Leite Monteiro e Bruno Bioni por tantos ensinamentos relacionados à privacidade e proteção de dados pessoais que jamais serão esquecidos.

Aos amigos Eduardo Magrani e Claudio Lucena pelo incentivo e apoio ao estudo do Direito Digital multidisciplinar em seus vários temas ao redor do mundo.

Por fim, minha gratidão aos amigos e amigas da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS-Rio) pelo apoio e incentivo no estudo do tema.

RESUMO

A Internet modificou a nossa forma de viver e conviver em sociedade. Moldamos novas tecnologias e rapidamente o nosso comportamento tem sido moldado por elas. O equilíbrio entre memória e esquecimento na Internet é um tema extremamente desafiador e relevante para o nosso tempo, pois envolve não somente o eventual conflito entre direitos fundamentais, mas também valores sociais, culturais e históricos. O debate a respeito de um “direito ao esquecimento” não é novo. Entretanto, a sua tutela na Internet ganha novos e relevantes desafios. O primeiro desafio está relacionado a definição do que se entende por “direito ao esquecimento”. No Brasil não existe um, mas vários “direitos ao esquecimento”. O termo tem sido utilizado como uma “bala de prata” e, em muitos casos, não há um “direito ao esquecimento”, mas sim a tutela de outros direitos já existentes, sendo o termo empregado apenas como um acessório que, não raro, ofusca o debate principal a respeito da necessária ponderação de princípios em colisão. A presente dissertação pretende demonstrar as múltiplas facetas atribuídas ao “direito ao esquecimento” no Brasil, assim como, apresentar uma necessária distinção entre o que se entende por apagamento de dados pessoais, desindexação e “esquecimento” na Internet, que preferimos chamar de requerimento para remoção de conteúdo lícito do passado. Um dos maiores desafios para a tutela da remoção de conteúdo online é sua efetividade, assim, serão apresentadas barreiras e possíveis efeitos colaterais inerentes às tutelas daqueles que desejam ser “esquecidos”. Ao final, apresentaremos uma proposta para tutela possível relacionada ao aperfeiçoamento de importantes ferramentas presentes na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, ao uso e desenvolvimento de mecanismos alternativos de solução de controvérsia e serão sugeridos critérios para a necessária ponderação a ser realizada nos casos em que se verifica um conflito entre liberdade de expressão e informação e direitos da personalidade.

Palavras-chave: Apagamento. Desindexação. Esquecimento. Proteção de dados pessoais. Liberdade de expressão.

ABSTRACT

The Internet has changed the way we live and behave in society. We shape new technologies and quickly our behavior has been shaped by them. The balance between memory and forgetfulness on the Internet is an extremely challenging and relevant topic for our time, as it involves not only the eventual conflict between fundamental rights, but also social, cultural and historical values. The debate about a “right to be forgotten” is not new. However, its tutelage on the Internet gains new and relevant challenges. The first challenge is related to the definition of what is meant by “the right to be forgotten”. In Brazil, there is not one, but several “rights to forgetting”. The term has been used as a “silver bullet” and, in many cases, there is no “right to be forgotten”, but the protection of other existing rights, the term being used only as an accessory that, often, overshadows the main debate about the necessary weighting of colliding principles. The present dissertation intends to demonstrate the multiple facets attributed to the “right to be forgotten” in Brazil, as well as to present a necessary distinction between what is meant by the deletion of personal data, deindexation and “forgetfulness” on the Internet, which we prefer to call requirement to remove lawful content from the past. One of the biggest challenges for the protection of online content removal is its effectiveness, thus, barriers and possible side effects inherent to the protection of those who wish to be “forgotten” will be presented. In the end, we will present a proposal for possible protection related to the improvement of important tools present in the General Law for the Protection of Personal Data, the use and development of alternative dispute settlement mechanisms and criteria will be suggested for the necessary consideration to be carried out in cases where there is a conflict between freedom of expression and information and personal rights.

Keywords: Erasing. Deindexation. Forgetfulness. Protection of personal data. Freedom of expression.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Eventos relacionados aos picos de procura por “direito ao esquecimento”	54
Tabela 2 - Diferenças e semelhanças entre apagamento de dados pessoais, desindexação e requerimento para remoção de conteúdo lícito do passado	111

Lista de Figuras

Figura 1 - Demonstração do interesse pelo termo “direito ao esquecimento” como palavra-chave no mecanismo de busca do Google	54
--	----

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE FIGURAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	14
1. PARTE I: ORIGENS DO DEBATE	18
1.1. MEMÓRIA E ESQUECIMENTO	18
1.1.1. Esquecimento Natural.....	18
1.1.2. Memória artificial	22
1.1.3. A internet não esquece? Origens de um “direito ao esquecimento” na internet	24
1.2. DIÁLOGO ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA SOB A PERSPECTIVA DE RECONHECIMENTO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO	28
1.2.1. União Europeia e a Tutela da Proteção de Dados Pessoais	28
1.2.1.1. Referências normativas europeias sobre proteção de dados pessoais	32
1.2.1.2. O caso que não será esquecido como paradigma de um direito à desindexação.....	34
1.2.1.3. Previsão do Direito ao Apagamento e à Desindexação no <i>General Data Protection Regulation (GDPR)</i>	41
1.2.2. Estados Unidos da América e a Supremacia da Liberdade de Expressão	43
1.2.2.1. Liberdade de expressão como valor preferencial.....	43
1.2.2.2. Reconhecimento de um “direito ao apagamento” na Lei de Proteção de Dados Pessoais da Califórnia	48
1.2.2.3. Critérios utilizados para ponderação de princípios no sistema Norte Americano.....	51
1.3. CONTORNOS DE UM “DIREITO AO ESQUECIMENTO” NO BRASIL	53
1.3.1. Normas Existentes no Ordenamento Jurídico Brasileiro Utilizadas para Fundamentar um Suposto “Direito Ao Esquecimento”	56
1.3.2. Não somente um, mas vários “direitos ao esquecimento”	63
1.3.2.1. O caso Chacina da Candelária.....	63
1.3.2.2. O caso Aída Cury	65
1.3.2.3. O Caso Xuxa	68
1.3.2.4. Caso DPN x Google, Yahoo e Microsoft.....	69
1.3.2.5. Direito ao esquecimento nos tribunais brasileiro e a pluralidade de entendimentos.....	72
1.3.3. A Insuficiência Dos Projetos De Lei Atuais Que Pretendem Regular O Tema	76
2. PARTE II: NECESSÁRIA DISTINÇÃO ENTRE APAGAMENTO DE DADOS, DESINDEXAÇÃO E “ESQUECIMENTO” PARA O CONTEXTO BRASILEIRO	80
2.1. O APAGAMENTO DE DADOS PESSOAIS	86
2.1.1. Fundamentos Teóricos.....	92
2.1.2. Limites.....	94
2.1.3. Definição e hipóteses de aplicação	95
2.2. A DESINDEXAÇÃO	96
2.2.1. Fundamentos Teóricos.....	100
2.2.2. Limites.....	102
2.2.3. Definição e hipóteses de aplicação	102

2.3.	O ESQUECIMENTO	104
2.3.1.	Possível definição e aplicação	106
2.3.2.	O paradoxo do acessório que ofusca o principal.....	107
2.3.3.	O Brasil (ainda) precisa de um “direito ao esquecimento”?.....	108
2.4.	SÍNTESE E DEMONSTRAÇÃO FINAL DE SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE APAGAMENTO DE DADOS PESSOAIS, DESINDEXAÇÃO E ESQUECIMENTO	110
3.	PARTE III - BARREIRAS, EFEITOS COLATERAIS E PROPOSTAS PARA A POSSÍVEL TUTELA	112
3.1.	BARREIRAS.....	112
3.1.1.	Técnicas: (in)efetividades das medidas	112
3.1.2.	Financeiras: o mercado do esquecimento.....	118
3.1.3.	Jurídicas: o mundo todo deve esquecer?	119
3.1.4.	Culturais: todo mundo quer ser esquecido?.....	124
3.2.	EFEITOS COLATERAIS.....	125
3.2.1.	Lembra de esquecer: o <i>Streisand effect</i>	126
3.2.2.	Remoção para a não responsabilização: o <i>Chilling effect</i>	128
3.2.3.	Abusos: pedidos infundados e reescrita da história	129
3.3.	PROPOSTAS PARA A TUTELA POSSÍVEL.....	132
3.3.1.	Meios alternativos de solução de controvérsia.....	132
3.3.2.	Aperfeiçoamento do principal: atualização e correção, anonimização, mínima coleta de dados pessoais, finalidade, privacy by design e direito de resposta	134
3.3.2.1.	Atualização e correção.....	134
3.3.2.2.	Anonimização	135
3.3.2.3.	Princípio da mínima coleta	137
3.3.2.4.	Princípio da finalidade.....	138
3.3.2.5.	Privacy by design.....	139
3.3.2.6.	Direito de Resposta.....	140
3.3.3.	Efetivação pelo Poder Judiciário: para além da ponderação genérica, a importância de balizas para a tomada de decisão nos casos de colisão entre liberdade de expressão e informação e direitos da personalidade.....	142
	CONCLUSÃO	150
	ANEXO I.....	169
	ANEXO II.....	176

INTRODUÇÃO

S. é um senhor de setenta anos. Professor universitário e médico já aposentado. Viveu sua vida na chamada era analógica. Ao migrar para o mundo digital, conta com a ajuda de seu filho *C.* para desbravar as maravilhas da Internet. *S.* fica abismado com a infinidade de serviços e informações que podem ser acessadas, armazenadas e compartilhadas com poucos cliques. Depois de fornecer os seus dados pessoais, *S.* adquire bens e passa a utilizar serviços online. Ao descobrir os mecanismos de busca *S.* realiza uma busca com o seu próprio nome e imediatamente constata a existência de várias páginas que instantaneamente trazem para o presente informações do passado gravadas no índice do buscador.

Dentre os muitos resultados apresentados, um lhe chama a atenção e lhe entristece. Uma importante revista tinha digitalizado todo o seu acervo e com isso foi indexada uma notícia de quarenta anos atrás que associa o nome de *S.* a uma imperícia médica, fruto de um deslize de sua mocidade e até então esquecido. Tal notícia estava desatualizada e passado tanto tempo, na visão de *S.*, o fato era irrelevante. *S.* já havia respondido administrativa e judicialmente e, superado o fato, tinha construído uma reputação nova de sucesso e prestígio. Portanto, absolvido pelos olhos da lei, não compreendia a relevância da informação permanecer disponível para todos aqueles que realizassem uma busca com o seu nome no mecanismo de busca. *S.* também já estava descontente com os incontáveis e-mails recebidos depois de ter fornecido os seus dados para usufruir de bens e serviços online. O que fazer?

S. conversa com o seu filho *C.* que, além de ajudá-lo a navegar na Internet, era estudante de direito. *C.* lhe conta que a remoção de um conteúdo lícito do passado somente é possível em situações excepcionalíssimas, uma vez que tal pleito deve ser ponderado com outros direitos como a liberdade de expressão, informação e o interesse público. Destaca ainda, que com o maior registro da vida proporcionado pela Internet esse tipo de pedido tem aumentado, mas, ainda assim, não é concedido sem a análise dos direitos envolvidos e pode ser pleiteado diretamente para a revista que originou a publicação, sendo possível também o pedido para o exercício do direito de resposta ou atualização da notícia. Com relação aos dados fornecidos, *C.* lhe explica que *S.* pode requerer a revogação do consentimento dado ou ainda solicitar o apagamento dos seus dados pessoais. Por fim, observa que apesar de não serem direitos absolutos, uma vez que devem sempre ser sopesados com outros relevantes direitos, tais requerimentos poderiam ajudar *S.* a amenizar a lembrança de algo que desejava esquecer e controlar o tratamento dos seus dados pessoais.

O exemplo é comum e muitos outros poderiam ter sido apresentados para ilustrar como as novas tecnologias modificaram a nossa percepção de memória e esquecimento.

Os debates a respeito de um “direito ao esquecimento” não são novos¹. No direito penal existem decisões e artigos de que abordam a ideia de um “direito a ser esquecido” relacionado a condenações criminais e a possibilidade de alguém que cumpriu a sua pena ser ressocializado e não conviver com fatos do passado que podem lhe ocasionar danos.

Como exemplo, pode ser citado o caso *Lebach* como um dos precedentes relevantes que abordam o tema. O caso retrata o julgamento ocorrido em 1969 na Alemanha a respeito de um cidadão que supostamente esteve envolvido no assassinato de quatro soldados alemães na cidade de *Lebach*. Tendo esse cidadão já cumprido a sua pena, pouco antes de sua liberação, um programa de televisão decide recontar a história utilizando o nome desse cidadão que já havia cumprido a sua pena.

Nesse momento, ajuizada ação com o objetivo de impedir que o referido programa fosse ao ar, uma vez que a lembrança de tais fatos poderia ser vista fora de seu contexto atual, bem como teriam o potencial de ocasionar danos ao cidadão que já havia cumprido a sua pena. O Tribunal Constitucional Alemão reconheceu nesse caso o direito de o cidadão ser “esquecido” por entender que a reconstituição dos fatos, por meio do programa de televisão, exporia o acusado a danos injustos em virtude do cumprimento da pena que lhe havia sido imposta².

O desejo de ser esquecido no âmbito da Internet reacendeu os ânimos e trouxe novos contornos e cores para a análise das características, limites e real efetivação de um “direito ao esquecimento”. Isso porque, a Internet revolucionou a forma como acessamos, armazenamos e compartilhamos informações. Novos suportes foram criados. Novas formas de armazenamento, compartilhamento e resgate de informação têm sido desenvolvidas e implementadas e, assim, informações antes restritas a um pequeno grupo de pessoas podem facilmente atingir o mundo todo em questão de segundos.

O conceito bem como os parâmetros e limites do que seria um “direito ao esquecimento” foram drasticamente ampliados e modificados depois da decisão de 13 de maio de

¹ Conforme leciona Otavio Luiz Rodrigues Junior “O interesse doutrinário pelo tema, contudo, não é recente. Desde o início da década de 1990, encontram-se artigos e livros no Brasil que cuidam, de modo direto ou incidental, do “direito ao esquecimento”. In: RODRIGUES Jr, Otavio Luiz. Brasil debate direito ao esquecimento desde 1990. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 27 nov. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-nov-27/direito-comparado-brasil-debate-direito-esquecimento-1990> – Acesso em 11 jan. 2020.

² FERRAZ, José Eduardo Junqueira. VIOLA, Mario. **O direito ao esquecimento**. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/06/Direito-ao-esquecimento.pdf> . Acesso em 11 jan. 2020.

2014, do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) referente ao caso *Costeja Gonzáles*.

No caso, que jamais será esquecido, o Sr. Mario Costeja Gonzáles pleiteou e obteve sucesso em seu pedido para desindexação de um conteúdo do buscador Google, uma vez que passados vários anos uma notícia desatualizada associada ao seu nome aparecia nos primeiros resultados do buscador. Apesar de se referir a desindexação de conteúdo do mecanismo de busca, a decisão ficou conhecida mundialmente e esse passou a ser um marco para o pleito de um “direito ao esquecimento” na Internet. Tanto isto é verdade que pouco tempo depois de proferida tal decisão a Google recebeu milhares de pedidos para a desindexação de conteúdo³.

No Brasil, sob o pretexto de um “direito ao esquecimento” muitos pedidos são realizados e ações são ajuizadas. A ausência de parâmetros sólidos para estabelecer os limites desse suposto direito, contudo, proporcionam incontáveis dúvidas e incertezas a respeito de sua tutela.

O desejo de ser esquecido acometeu milhares de pessoas insatisfeitas com as informações associadas aos seus nomes nos mecanismos de busca. Entretanto, a ausência de definição proporciona a banalização do termo “direito ao esquecimento” que, não raro, é utilizado para designar a tutela de outros institutos já consagrados, como o direito à privacidade, imagem e honra, ou para a prática de abusos quando utilizado sem limites e critérios por políticos e pessoas que desejam reescrever as suas próprias histórias.

O desejo de ser esquecido jamais deve ser um “super direito” apto a remover toda e qualquer informação do passado. Tampouco deve ser um atalho para encurtar o necessário e complexo debate que a sua tutela proporciona.

Há que se sopesar a tutela da memória com acuidade a fim de evitar que abusos e contrassensos sejam cometidos em nome de um desejo privado de ser esquecido que pode comprometer a memória social, a liberdade de expressão e informação e o interesse público, o que demonstra a real necessidade do estudo do tema.

O “direito ao esquecimento” encontra a sua base teórica nos direitos da personalidade e, como afirmado em um dos mais tradicionais escritos sobre o tema, do século XIX, as questões afetas à privacidade são tão antigas quanto a própria humanidade⁴. A despeito

³ A esse respeito, mostra-se importante analisar o relatório de transparência disponibilizado pelo Google, o qual demonstra o crescimento do número de pedidos de remoção de conteúdo : <https://transparencyreport.google.com/> - Acesso em 08 jul. .2018.

⁴ WARREN, D. Samuel; BRANDEIS, Louis D. The right to Privacy. *Harvard Law Review*, 1890.

disso, é preciso, de tempos em tempos, enfrentar novos desafios e repensar o alcance desse direito.

Antigamente o direito à privacidade foi conceituado como um “direito de ser deixado em paz” (*right to be let alone*), que carecia de tratamento específico, tanto na legislação quanto na jurisprudência. Na época, as ameaças a esse direito provinham, principalmente, de recentes invenções, como a máquina fotográfica, ou da mudança de hábitos sociais, que propiciaram a proliferação de jornais sensacionalistas⁵.

Em razão de suas próprias características estruturais, a Internet reacendeu as discussões a respeito da privacidade, da proteção de dados pessoais e do que se entende por um “direito ao esquecimento”. Bem por isso, mostra-se de extrema relevância o estudo do “direito ao esquecimento”, jamais será absoluto e encontra limites na liberdade de expressão e informação, bem como no interesse público e histórico da sociedade.

A presente dissertação não tem por objetivo esgotar o tema, mas, sim, lançar novas luzes a respeito da tutela de um “direito ao esquecimento”. Para tanto, é dividida em três grandes partes. A primeira intitulada “*origens do debate*”, engloba quatro subtópicos em que relatamos a influência da Internet para memória e esquecimento, o debate a respeito de um “direito ao esquecimento” na União Europeia e nos Estados Unidos da América e os contornos do tema no Brasil. Na segunda parte “*necessária distinção entre apagamento de dados pessoais, desindexação e esquecimento para o contexto brasileiro*”, apresentamos diferença existentes entre tais tutelas que não devem ser tratadas como sinônimos. Na terceira parte “*barreiras, efeitos colaterais e propostas para a tutela possível*”, serão apresentados em três subtópicos, em que abordaremos as barreiras para efetivação, os efeitos colaterais inerentes ao desejo de ser esquecido e, por fim, realizaremos a indicação de propostas para uma possível tutela do requerimento para o apagamento de dados pessoais, a desindexação de conteúdo do mecanismo de busca e para o requerimento de remoção de conteúdo lícito do passado na Internet.

⁵ PARENTONI, Leonardo. O Direito ao Esquecimento (Right to oblivion). In. DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; Cíntia Rosa Pereira de (coords.) **Direito & Internet III** – Tomo I: Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) – São Paulo. Quartier Latin, 2015, p. 539.

CONCLUSÃO

Memória e esquecimento representam importantes papéis na vida do ser humano. Há que se lembrar de fatos relevantes, históricos, de interesse público. A memória desempenha um fator primordial para a evolução da sociedade, manutenção de princípios, valores e até mesmo para não cometermos os mesmos erros do passado. Por seu turno, o esquecimento também tem um relevante papel, pois, não obstante a necessidade de lembrança de certos fatos do passado, com relação a tantos outros há que se seguir a diante para a construção de novos caminhos. Assim, o esquecimento também pode representar um fator de mudança e de importância para a sociedade.³⁰⁷

Apesar dos benefícios de uma supermemória, a memória artificial poderá dar origem a uma sociedade “memoriosa”, semelhante à Funes, personagem de JORGE LUIS BORGES, que se tornou incapaz de pensar³⁰⁸. Com uma lembrança total e imediata, não seríamos capazes de esquecer diferenças, generalizar ou abstrair, pois ficaremos presos a detalhes, com uma eterna visão presente de um passado³⁰⁹.

A vida seria infernal se lembrássemos de cada detalhe vivido. Como distinguir um momento memorável de um simples detalhe trivial da vida? Um dos episódios da série “Black Mirror” intitulado “Toda a Sua História”³¹⁰ relata um futuro fantasioso em que as pessoas possuem uma tecnologia ligada ao próprio sistema nervoso que permite que todas as vivências do dia a dia sejam armazenadas, garantindo acesso direto e simples a todas as memórias categorizadas – seja por ano, por pessoa ou pela compartimentalização de escolha do usuário. Além do acesso pessoal às lembranças, estas podem ser reproduzidas e compartilhadas, repassadas como partes de um filme.

³⁰⁷ A esse respeito, destaca-se o que leciona o Professor Simão a respeito da função do tempo para o direito: “É exatamente dessa função de fixação de memória, de ordenação do passado, de compreensão do presente e previsão do futuro que decorre outra: a necessária finitude das relações jurídicas como forma de pacificação dos conflitos”. SIMÃO, José Fernando. **Prescrição e decadência**: início dos prazos. São Paulo. Atlas, 2013, p. 4.

³⁰⁸ “Havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos”. (BORGES, Jorge Luis. Funes, o Memorioso. Disponível : <http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20141/SLC0630-1/Funes,%20o%20Memorioso.pdf> . Acesso em: 11.jan.2020.

³⁰⁹ Alerta semelhante é realizado por Nicholas Carr: “o que dá à verdadeira memória sua riqueza e seu caráter, para não dizer seu mistério e sua fragilidade, é a contingência. Ela existe no tempo, mudando conforme o corpo muda. (...) Quando passamos a usar a internet em substituição à memória pessoal, evitando o processo interno de consolidação, corremos o risco de esvaziar nossa mente de suas riquezas”. (CARR, Nicholas. **Como viver na era digital**. Tradução de Bruno Fiuza. Prisa Edições. Rio de Janeiro, 2012)

³¹⁰ O título do episódio em inglês é “The Entire History of You”. NETFLIX. Black Mirror. S01E043. “The Entire History of You”. 2016. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/70264888>. Acesso em 09 jul. 2018.

O episódio relata o dia a dia dessa sociedade, sendo certo que a personagem principal vive e revive os momentos do seu cotidiano como uma entrevista de emprego e um jantar com amigos. A cada “rebobinada” para checar detalhes do passado surge uma nova interpretação do que poderia ter acontecido ou do que realmente ocorreu. Há, então, a demonstração da catástrofe que é alguém que vive apenas em função de memórias do passado.

O Brasil é conhecido por ser um dos países que mais utiliza, integra e se informa por meio da Internet. Uma pesquisa do IBGE revelou que temos 116 milhões de brasileiros conectados à Internet³¹¹. Ainda é pouco se comparado ao número total de brasileiros, pois uma grande parcela da população ainda não está conectada. Ainda assim, o Brasil atingiu 127 milhões de usuários no Facebook³¹². O YouTube recebe mais de 300 horas de vídeo por minuto em sua plataforma³¹³ e o mecanismo de busca da Google já recebeu mais de 78.9831 pedidos brasileiros de desindexação de conteúdo³¹⁴.

Os dados se multiplicam a cada ano e demonstram nitidamente que a forma pela qual acessamos a informação mudou. Não por acaso a sociedade atual é conhecida como Sociedade da Informação, em que facilmente pode se ter acesso a inesgotáveis tipos de conteúdo. Não existem imposições que outrora representavam barreiras ao acesso à informação, tais como a distância, o tempo ou o volume para o acondicionamento, recuperação e transmissão de dados que podem ser disseminados instantaneamente por meio da Internet.

Não há dúvidas de que a Internet revolucionou a vida em sociedade, quer seja no trabalho, lazer, saúde, educação, segurança, ou em qualquer outro tipo corriqueiro de atividade, a Rede mundial de computadores fornece um incontável número de atrativos que se tornaram essenciais para a sociedade. Novas ferramentas foram moldadas e o uso de tais ferramentas passaram a moldar o nosso comportamento.

³¹¹ GOMES, Helton Simões. Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE. **G1**, São Paulo, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 11.jan.2020.

³¹² OLIVEIRA, Felipe. Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>. Acesso em: 11.jan.2020.

³¹³ EXAME. YouTube completa 10 anos com rei do vídeo na Internet. Revista Exame. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/youtube-completa-10-anos-como-rei-do-video-na-internet/>. Acesso em: 11.jan.2020.

³¹⁴ GOOGLE. Relatório de Transparência. Disponível em: https://transparencyreport.google.com/government-removals/by-country/BR?hl=pt_BR — acesso em 11.jan.2020.

Vivemos em uma sociedade marcada pela mudança na forma de obtenção de informação e marcada pela mudança dos formadores de opinião. Passados de meros receptores, para produtores de informação e atualmente qualquer um com acesso à internet pode produzir uma notícia e manifestar livremente as suas opiniões e pensamentos.

Mas não é só. A compreensão e valoração do que se entende por privacidade parece estar em constante evolução. Detalhes do cotidiano são corriqueiramente divulgados e inferências são realizadas sem o controle dos titulares de dados pessoais.

Nesse contexto de superinformação e exposição em que se torna possível divulgar, armazenar, reter e acessar informações e dados pessoais com extrema facilidade, criamos uma super memória, uma memória artificial, apta a congelar imagens passadas no presente e resgatar fatos do passado que podem influenciar a nossa tomada de decisão presente.

Diante disso, é crescente a conscientização e preocupação com a privacidade, que não é mais apenas um “direito de estar só”, mas está relacionada ao controle de dados pessoais. Tanto isto é verdade, que muitos países, como o Brasil, passaram a contar com uma Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A Lei brasileira prevê princípios e diretrizes para o tratamento de dados pessoais e dentre os direitos dos titulares de dados pessoais está a possibilidade de requisição de apagamento de dados pessoais. Além disso, a fim de possibilitar que informações pessoais não sejam mais tratadas quando esgotada a finalidade do tratamento ou ainda que sejam utilizadas para finalidades genéricas, a Lei também estabelece o princípio da finalidade e mínima coleta de dados pessoais.

Depois da decisão proferida no caso *Costeja*, apesar de não se encontrar positivado na legislação brasileira, a ideia de um “direito ao esquecimento” foi importada para o Brasil com múltiplos contornos. Portanto, é possível afirmar que no Brasil, não existe um, mas sim vários “direitos ao esquecimento”, sendo tal aplicação realizada como sinônimo de outros direitos e, em muitos casos de forma abusiva. O termo tem sido utilizado como uma balada de prata. Um atalho. Ou ainda, um acessório que ofusca o debate principal a respeito do necessário debate e ponderação de todos os pontos envolvidos em uma demanda por remoção de conteúdo.

Por tais motivos, sugerimos a necessária distinção entre o que se entende por apagamento de dados pessoais e desindexação e optamos por substituir o termo vago e impreciso relacionado do “direito ao esquecimento” por *requisição para remoção de conteúdo lícito do passado*.

A fim de viabilizar a tutela do apagamento de dados pessoais sugere-se que sejam aperfeiçoadas as ferramentas implementadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais como a correção, anonimização, os princípios da mínima coleta de dados pessoais, da finalidade e da diretriz de *privacy by design*; Ainda, o aperfeiçoamento dos mecanismos de resolução alternativa de conflito para a atualização, correção e requisição de desindexação de conteúdo que viole as políticas e termos de uso dos mecanismos de busca podem representar um meio célere e eficaz para a tutela desses pleitos. O direito de resposta também deve ser utilizado de forma preferencial ao pleito por remoção de conteúdos lícitos.

Observa-se que a futura Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais brasileira terá um relevante papel para a conscientização da população com relação aos seus direitos e deverá ditar as balizas permitidas para o uso de tais dados pelos agentes de tratamento de dados. Em uma economia movida por dados pessoais e com o aumento do registro da vida e a ampla circulação em um mundo de dados, saber os limites para o controle, por parte dos titulares, e o uso, por parte dos agentes de tratamento, será fundamental.

Em que em caso de conflito entre liberdade de expressão e informação e a *requisição para remoção de conteúdo lícito do passado* ou o pleito para desindexação de conteúdo do mecanismo de busca, entendemos que cada caso deve ser analisado de forma única pelo Poder Judiciário. Com a dupla ponderação das variáveis possíveis e implicações relacionadas ao caso concreto, tendo em vista os seguintes parâmetros: (i) interesse público; (ii) a veracidade de informação; (iii) a existência (ou não) de efeitos em virtude o lapso temporal. (iv) a existência (ou não) de dano; (v) o papel de figura pública desempenhado por quem pleiteia; (vi) o papel desempenhado na vida profissional de quem pleiteia; (vii) a tutela de liberdade de expressão; (viii) a vedação da censura; (ix) a tutela da liberdade de informação e; (x) o dever de preservação da memória. Reitera-se que não se trata de parâmetros estáticos e tampouco esgotam a possibilidade de outras balizadas serem utilizada para a ponderação dos princípios em colisão em cada caso concreto.

Esquecer é tão vital quanto lembrar. Entretanto, não há como o esquecimento forçado (ou abusado) se tornar a regra e a liberdade de expressão, informação e o dever de memória a exceção.

BIBLIOGRAFIA

AFFONSO, Carlos. Dez dilemas sobre o chamado Direito ao Esquecimento. **ITS Rio**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2017. Disponível em: <https://feed.itsrio.org/dez-dilemas-sobre-o-chamado-direito-ao-esquecimento-b0ba9ff83357>. Acesso em: 05 mai. 2019.

AFFONSO, Carlos. Ao limitar direito ao esquecimento do Google, Europa cria outros problemas. **TECFRONT**, São Paulo, 25 set. 2019. Disponível em: <https://tecfront.blogosfera.uol.com.br/2019/09/25/europa-limita-direito-ao-esquecimento-do-google-mas-mexe-nas-buscas/>. Acesso em: 11 jan. 2020.

AFP. Lei Delete da California permitirá apagar o passado digital. **Exame**, São Paulo, 25 set. 2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/lei-delete-da-california-permitira-apagar-passado-digital/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de (org.). **V Jornada de Direito Civil**. Brasília: Conselho de Justiça Federal, 2012. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direitocivil/jornadas-cej/v-jornada-direito-civil/VJornadadireitocivil2012.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

ALEMANHA. Tribunal Constitucional Alemão (BUNDESVERFASSUNGSGERICHT). BVerfG, Beschluss der 1. Kammer des Ersten Senats vom 25. November 1999 - 1 BvR 348/98 - Rn. (1-45). Disponível em: http://www.bundesverfassungsgericht.de/entscheidungen/rk19991125_1bvr034898.html. Acesso em: 11 jan. 2020.

ANTONIALI, Dennys.; CRUZ, Francisco Brito.; VALENTE, Mariana Giorgetti. As URLs de Nissim Ourfali. **Estadão**, São Paulo, 29 mar 2019. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/blogs/deu-nos-autos/nissim/>, Acesso em: 11 jan. 2020.

ARREBOLA, Carlos.; MAURICIO, Ana Julia.; JIMÉNEZ PORTILLA, Héctor. An Econometric Analysis of the Influence of the Advocate General on the Court of Justice of the European Union (January 12, 2016). Cambridge Journal of Comparative and International Law, v.. 5, n. 1, Forthcoming; University of Cambridge Faculty of Law Research Paper n..

3/2016. Disponível em: SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2714259>. Acesso em: 11.jan.2020.

BALTAZAR, Larissa. Comparação entre Eduardo Cunha e Frank Underwood, de House of Cards, foi parar na “The Economist” **Huffpost Brasil**, São Paulo, 13 fev. 2015. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2015/02/13/comparacao-entre-eduardo-cunha-e-frank-underwood-de-house-of-ca_a_21677921/. Acesso em: 11.jan.2020.

BARROSO, Luis Roberto. **Temas de direito constitucional**. 2. ed., São Paulo: Renovar, 2008. v. III.

BERTONI, Eduardo. **The Right to Be Forgotten: An Insult to Latin American History**. Huffpost. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/the-right-to-be-forgotten_b_5870664 . Acesso em: 11.jan.2020.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento**. Forense. Rio de Janeiro, 2019.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRANCO, Sérgio. **Memória e esquecimento na internet**. Editora Arquipélago. Porto Alegre, 2017.

BRANDAO, Tom Alexandre. **Rir e fazer rir: uma abordagem jurídica dos limites do humor**. São Paulo: Editora Foco, 2018.

BRASIL. Senado. Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2019. Acrescenta o inciso XII-A, ao art. 5º, e o inciso XXX, ao art. 22, da Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão e fixar a competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135594>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 4.657 de 4 de setembro de 1942, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 set. 1942, p. 13635.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Seção 1, suplemento.

BRASIL. Lei n. 12.965, de 23 de Abril de 2014. Marco Civil da Internet. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 abr. 2014, seção 1, p. 1

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015. Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 nov. 2015, Seção 1, p. 1,

BRASIL. Lei nº 13.709/2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 ago. 2018, Seção 1, p. 59. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7881/2014**. Obriga a remoção de links dos mecanismos de busca da internet que façam referência a dados irrelevantes ou defasados sobre o envolvido. Arquivado. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=621575>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CALIFORNIA. Assembly Bill No. 25 California Consumer Privacy Act of 2018. An act to amend Sections 1798.130 and 1798.145 of the Civil Code, relating to consumer privacy. Approved by Governor October 11, 2019. **Secretary of State** October 11, 2019. Disponível em:

https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billTextClient.xhtml?bill_id=201920200AB25.

Acesso em: 12 jan. 2020.

CALIFORNIA. Senate Bill No. 568 CHAPTER 336. An act to add Chapter 22.1 (commencing with Section 22580) to Division 8 of the Business and Professions Code, relating to the Internet. Approved by Governor on September 23, 2013. **Secretary of State** September 23, 2013. Disponível em:

https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billNavClient.xhtml?bill_id=201320140SB568.

Acesso em: 12 jan. 2020.

Commission nationale de l'informatique et des libertés (CNIL). Disponível em: <https://www.cnil.fr/en/home>. Acesso em: 11.jan.2020.

CARRIÈRE, Jean-Claude. **Entrevistas sobre o fim dos tempos**. Rio de Janeiro. Rocco, 1999.

CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CAVOUKIAN, Ann. **Privacy by Design: The 7 Foundational Principles**. Privacybydesign.ca. Disponível em: <https://www.ipc.on.ca/wp-content/uploads/resources/7foundationalprinciples.pdf> .Acesso em: 11.jan.2020.

CNIL. Disponível em: <https://www.cnil.fr/en/home> Acesso em: 11.jan.2020.

CONSALTER, Zilda Mara. **Direito ao esquecimento: proteção da intimidade e ambiente virtual**. Curitiba, Juruá, 2017.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 531**: A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento. Enunciado disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/142>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 576**: O direito ao esquecimento pode ser assegurado por tutela judicial inibitória. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/821>. Acesso em: 12 jan. 2020.

DE LUCCA, Newton. **Direito e Internet: aspectos jurídicos relevantes**. vol. II. São Paulo: Quartier Latin, 2008

_____, Newton. *Alguns aspectos da responsabilidade civil no âmbito da internet*. In: Diniz, Maria Helena; Lisboa, Roberto Senise. **O direito Civil no Século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DE TEFFÉ, Chiara Spadaccini. BARLETTA, Fabiana Rodrigues. **O Direito ao Esquecimento: uma expressão possível do direito à privacidade**. TEPEDINO, Gustavo. TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. ALMEIDA, Vitor (coord.) **O Direito Civil entre o sujeito e a pessoa: estudos em homenagem ao professor Stefano Rodotà**. Editora Forum. Belo Horizonte, 2016.

VIOLA, Mario et al. Entre privacidade e liberdade de expressão: existe um direito ao esquecimento no Brasil: in TEPEDINO, Gustavo.; BROCHADO, Ana Carolina.; ALMEIDA, Vitor. (Coords.) **O Direito Civil entre o sujeito e a pessoa: estudos em homenagem ao professor Stefano Rodotà**. Belo Horizonte. Fórum, 2016.

DOTTI, René Ariel. O Direito ao esquecimento e a proteção do habeas data. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Habeas data**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

DUARTE, Fernando. O que Crivella tem em comum com a Cantora Barbra Streisand no caso de HQ com beijo gay. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 12 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49670189>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FREITAS, Ciro Torres. **Liberdade de informação**. São Paulo: Editora IASP, 2017.

GIACCHETTA, André Zonaro. **Atuação e responsabilidade dos provedores diante das fake News e da desinformação**. In. Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito. RAIS, Diogo (coord.) Thomson Reuters. São Paulo, 2018.

GIACCHETTA, André Zonaro. MENEGUETTI, Pamela Gabrielle. **A garantia constitucional à inviolabilidade da intimidade e da vida privada como direito dos usuários no Marco Civil da Internet**. LEITE, George Salomão. LEMOS, Ronaldo. (coord.) Marco Civil da Internet. Atlas. São Paulo, 2014.

GUIDI, Guilherme Berti de Campos. **Modelos Regulatórios para Proteção de Dados Pessoais**. BRANCO, Sérgio. TEFFÉ, Chiara de (org.). Privacidade em perspectivas. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2018.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GOMES, Helton Simões. Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE. **G1**, São Paulo, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 11.jan.2020.

GONÇALVES, Luciana Helena. **O Direito ao Esquecimento na era digital**: desafios da regulação da desvinculação de URLs prejudiciais a pessoas naturais nos índices de pesquisa dos buscadores horizontais. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito, Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOOGLE. Relatório de transparência. Disponível em: <https://transparencyreport.google.com/eu-privacy/overview>. Acesso em: 12 jan. 2020.

_____. Remover informações do Google. Disponível em: <https://support.google.com/webmasters/answer/6332384>. Acesso em: 11.jan.2020.

_____. Remover informações pessoais do Google. Disponível em: https://support.google.com/websearch/answer/3143948?visit_id=637142932825923355-107394606&rd=1. Acesso em: 11.jan.2020.

_____. Solicitação para remover suas informações pessoais no Google. Disponível em: <https://support.google.com/websearch/troubleshooter/9685456#ts=2889054%2C2889099%2C9166584%2C9171203%2C2946651%2C2946656%2C2946711> Acesso em: 11.jan.2020.

_____. Pedidos de Remoção Legal. Disponível em: <https://support.google.com/legal/answer/3110420>. Acesso em: Formulário disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/concern/bing/>. Acesso em: 11.jan.2020.

GUARANTEED REMOVALS. Disponível em: <https://www.guaranteedremovals.com/>. Acesso em: 1.jan.2020.

HOUSE, Laura. Meet the woman whose rare condition means she can remember everything - and her party trick is reciting all seven harry potter books word for word. **Daily mail**, london, 8 oct. 2014. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/femail/article-3264163/rebecca-sharrock-hsam-patient-remembers-aspect-life-recite-harry-potter-books.html> . Acesso em: 11.jan.2020.

INTERNETLAB. [carta] 20 out. 2016, São Paulo [para] Google Inc., WALKER, Kent. Manifestação. 3f. Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Declara%C3%A7%C3%A3o-InternetLab-PT..pdf>. Acesso em: 12 jan 2020.

JONES, Meg Leta. **Ctrl + Z**: the right to be forgotten. New York University Press, 2016.

KEATING, Sarah. The woman who can't forget. **Bbc**, london, 8 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/future/article/20171108-the-woman-who-cant-forget>. Acesso em: 11.jan.2020.

KELLER, Daphne. The Right Tools: Europe's Intermediary Liability Laws and the EU 2016 General Data Protection Regulation. **Berkeley Technology Law Journal**, v. 33, n. 1, p. 287-364, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15779/Z38639K53J>. Acesso em: 11 jan. 2020.

LANOIS, Paul. **Article 29 Working Party Issues Guidelines on the Implementation of the EU's Right to be Forgotten**. IAPP. Disponível em: <https://iapp.org/news/a/article-29-working-party-issues-guidelines-on-the-implementation-of-the-eus-right-to-be-forgotten/>. Acesso em: 13. jan. 2020.

LEMOS, Ronaldo. Legal position on the Right to be Forgotten. In: UNESCO. IPDC INTERGOVERNMENTAL COUNCIL **Background Documents for the Thematic Debate: "Online Privacy and Freedom of Expression"**. Paris: UNESCO 2014. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/01/230176E.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

LEMOS, Ronaldo.; SOUZA, Carlos Affonso Pereira de. **Marco Civil da Internet: construção e aplicação**. Juiz de Fora: Editar, 2016. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/publicacoes/marco-civil-da-internet-construcao-e-aplicacao/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade civil dos provedores de serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

_____. Audiência pública STF. In: STF. **Audiência Pública**. Direito ao Esquecimento na Esfera Cível. Recurso Extraordinário n. 1.010.606. Relator Ministro Dias Toffoli. s/d. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/AUDINCIAPUBLICASOBRE ODIREITOAQUESQUECIMENTO_Transcries.pdf. Acesso em 12 jan. 2020.

_____. **Tutela e privacidade na Internet**. São Paulo, Saraiva, 2012.

_____. Internet e regulação: o bom exemplo do Marco Civil da Internet. **Revista do Advogado (AASP)**, ano XXXII, n. 115, p. 99-113, abr. 2012.

_____. **Fundamentos de direito Digital**. São Paulo: Editora Thomsom Reuters, 2019.

LEAL, Saulo Tourinho. O direito ao esquecimento e a questão da mulher no Brasil. **Migalhas**, 20 jun. 2017. Conversa Constitucional. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/ConversaConstitucional/113,MI260686,41046-O+direito+ao+esquecimento+e+a+questao+da+mulher+no+Brasil> Acesso em: 11.jan.2020.

LESSIG, Lawrance. **Code: and other laws of cyberspace**. Version 2.0. Basic Books Publisher, 2006Disponível em: <<http://codev2.cc/download+remix/Lessig-Codev2.pdf>>. Acesso em: 11.jan.2020.

LUCENA, Cláudio. Direito à desindexação. **Claudiokilla**, João Pessoa, 9 dez. 2014. Disponível em: <http://claudiokilla.com.br/blog/direito%2Ba%2Bdesindexacao-22>. Acesso em 12 jan. 2020.

MALDONADO, Viviane Nóbrega. **Direito ao Esquecimento**. São Paulo: Editora novo século, 2017.

_____. “Direitos do Titular”. **LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados comentada**. MALDONADO, Viviane Nobrega. BLUM, Renato Opice (coord.). 2.ed. rev. atual. e ampl. Thomson Reuters. São Paulo, 2019

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. **Delete - The Virtue of Forgetting in the Digital Age**. Princeton University Press, 2009.

MELO, Mariana Cunha. Liberdade de Expressão na jurisprudência americana. **Jota**, São Paulo, 16 jun. 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/liberdade-de-expressao-na-jurisprudencia-americana-16062017>. Acesso em: 11.jan.2020.

_____. O significado do Direito ao Esquecimento. **Jota**, São Paulo, 22 nov. 2016. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-significado-direito-ao-esquecimento-22112016>. Acesso em: 11.jan.2020.

MONCAU, Luiz Fernando Marrey. Esquecimento não é um ‘direito’ abandonemos essa tola expressão. **Dissenso.org**, 15 mai. 2017. Disponível em: <http://dissenso.org/esquecimento-nao-e-um-direito-abandonemos-essa-tola-expressao/>. Acesso em 09 jul. 2018.

_____. **Direito ao Esquecimento**: entre a liberdade de expressão, a privacidade e a proteção de dados pessoais. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MONTEIRO, Renato Leite.; BIONI, Bruno Ricardo. **Principais inovações da nova versão do Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais/APLPDP**. Disponível em: <<http://www.privacidade.net/?p=74>>. Acesso em: 11.jan.2020.

MOURA, Brenda. Eduardo Cunha fala sobre as comparações com Frank Underwood. **House of Cards Brasil**, 21 maio 2016. Disponível em: <https://houseofcardsbrasil.wordpress.com/2016/05/21/eduardo-cunha-fala-sobre-as-comparacoes-com-frank-underwood/>. Acesso em: 11.jan.2020.

NETFLIX. **Black Mirror**. S01E043. “The Entire History of You”. 2016. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/70264888>. Acesso em 09 jul. 2018.

NICOLA, Ubaldo. **Antologia ilustrada de filosofia**: das origens à idade moderna. São Paulo. Globo, 2005.

NIETZCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. Tradução Mário Ferreira dos Santos. 4. ed. Petrópolis. Editora Vozes, 2013.

OCDE. **Guidelines on the Protection Of Privacy and Transborder of Personal Data**. OCDE, 2002. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/ieconomy/15590254.pdf>. Acesso em 08 jul. 2018.

OLIVEIRA, Felipe. Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>. Acesso em: 11.jan.2020.

ORWELL, George. **1984**. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. Companhia das Letras. São Paulo, 2009.

PARENTONI, Leonardo. O Direito ao Esquecimento (Right to oblivion). In. DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; Cíntia Rosa Pereira de (coords.) **Direito & Internet III** – Tomo I: Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) – São Paulo. Quartier Latin, 2015.

PINHEIRO, Denise. **A Liberdade de Expressão e o Passado**: desconstrução da ideia de um direito ao esquecimento. 2016. 287 f. Tese (Doutorado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina,, Florianópolis, 2016.

PORTA DOS FUNDOS. **SPOLETO**. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=Un4r52t-cuk&feature=emb_logo. Acesso em: 11.jan.2020.

REPUTATION DEFENDER. Disponível em: <https://www.reputationdefender.com/> Acesso em: 11.jan.2020.

RODOTÀ, Stefano. **A Vida na Sociedade da Vigilância – A Privacidade Hoje**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. **II mondo nella rete**. Roma: Laterza, 2014.

RODRIGUES Jr, Otavio Luiz. Brasil debate direito ao esquecimento desde 1990. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 27 nov. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-nov-27/direito-comparado-brasil-debate-direito-esquecimento-1990> – Acesso em 11 jan. 2020.

_____. **Não há tendências na proteção do direito ao esquecimento**. Consultor Jurídico. 25 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013->

[dez-25/direito-comparado-nao-tendencias-protecao-direito-esquecimento](#). Acesso em: 11.jan.2020

RODRIGUES, Silvo. **Direito Civil**: parte geral. 34^a.ed. atual. São Paulo. Saraiva, 2003.

ROSEN, Jeffrey. The Right to be Forgotten. **Stanford Law Review** [online], v. 64, n. 88, fev. 2012. Disponível em: <http://www.stanfordlawreview.org/online/privacy-paradox/right-to-be-forgotten>. Acesso em: 11.jan.2020.

SANTOS, Antonio Jeová. **Dano moral e Internet**. Ed. Método. São Paulo, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang.; FERREIRA NETO, Arthur M. **O direito ao “esquecimento” na sociedade da informação**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2019.

SARMENTO, Daniel. Parecer disponível em <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/2/art20150213-09.pdf>. 11.jan.2020.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHREIBER, Anderson. As três correntes do direito ao esquecimento. **JOTA**, São Paulo, 18 jun 2017. Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/as-tres-correntes-do-direito-ao-esquecimento-18062017. Acesso em 12 jan. .2020.

SCHIREIBER, Anderson. **Manual de direito civil contemporâneo**. Saraiva: São Paulo, 2018.

SILVA, Virgílio Afonso da. O proporcional e o razoável. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 798, p. 23-50, abr. 2002

SIMÃO, José Fernando. **Prescrição e decadência: início dos prazos**. São Paulo. Atlas, 2013.

SOLOVE, Daniel. J. **The future of reputation: gossip, rumor, and privacy on the Internet.** Yale University Press, 2007.

SPOLETO. **SPOLETO – Parte 2.** 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ebe-3s4TLfQ>. Acesso em 12 jan. .2020.

STF. **Audiência Pública.** Direito ao Esquecimento na Esfera Cível. Recurso Extraordinário n. 1.010.606. Relator Ministro Dias Toffoli. s/d. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/AUDINCIAPUBLICASOBRE ODIREITOA OESQUECIMENTO_Transcries.pdf. Acesso em 12 jan. 2020.

STJ. RECLAMAÇÃO 5.072/AC 2010/0218306-6 Relator Ministra Nancy Andrighi. DJ: 11.12.2013 Acesso em: Acesso em 12 jan. .2020.

_____. RECURSO ESPECIAL : REsp n. 1.334.097/RJ. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. 4ª Turma. DJ: 28.05.2013.

_____. AgInt no RECURSO ESPECIAL : REsp nº 1.593.873/SP. Relatora Ministra Nancy Andrighi. 3ª Turma. DJ: 10.11.2016.

SOMBRA, Thiago Luís Santos. **Fundamentos da regulação da privacidade e proteção de dados pessoais: pluralismo jurídico e transparência em perspectiva.** Thomson Reuters. São Paulo, 2019

STUPARIU, Ioanna. **Defining the Right to be Forgotten.** A comparative Analysis between the EU and the US. SSRN, p. 9, mar. 2015.

TIBKEN, Sarah. Google's Schmidt: The Internet needs a delete button. **CNET**, 6 Maio 2013. Disponível em: <https://www.cnet.com/news/googles-schmidt-the-internet-needs-a-delete-button/>. Acesso em 12 jan. .2020.

TZANOU. Maria. The Unexpected Consequences of the EU Right to Be Forgotten: Internet Search Engines as Fundamental Rights Adjudicators. Forthcoming, Personal Data Protection and Legal Developments in the European Union (ed.) Tzanou, M., (IGI Global,

2020). **SSRN**, nov. 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3277348>. Acesso em 12 jan. .2020.

TJSP. Agravo de Instrumento nº 2.059.415-21.2016.8.26.0000. Relator Desembargador Natan Zelinschi de Arruda.DJ: 11/06/2016. **Conjur**, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/justica-local-nao-obrigar-google2.pdf>. Acesso em 12 jan. .2020.

UNIÃO EUROPEIA. Guidelines on The Implementation of The Court of Justice of The European Union Judgment on “Google Spain and Inc V. Agencia Española de Protección de Datos (AEPD) And Mario Costeja Gonzáles C-131/12. Adotado em 26 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.dataprotection.ro/servlet/ViewDocument?id=1080>. Acesso em: 12 jan. 2020.

_____. Tribunal de Justiça da UE. Caso C131/12.. Google Spain SL and Google Inc. v Agencia Española de Protección de Datos (AEPD) e Mario Costeja González Relator: Advogado Geral Niilo Jääskinen. DJ: 25.06.2013. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?jsessionid=9ea7d2dc30d846468a73a76749e78172e1ec78c86be3.e34KaxiLc3qMb40Rch0SaxyPahr0?text=&docid=138782&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=81852>. Acesso em 12 jan. .2020.

_____. Tribunal de Justiça da EU. Conclusões do advogado-geral M. Szpunar apresentadas em 10 de janeiro de 2019 Processo C-507/17 - Google LLC, na qualidade da sucessora da Google Inc. contra Commission nationale de l’informatique et des libertés (CNIL). DJ: 10 jan. 2019. **EUR-Lex**. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/celex.jsf?celex=62017CC0507&lang1=en&type=TXT&ancre=>. Acesso em 12 jan. 2020.

_____. Tribunal de Justiça da UE. C-507/17, que tem por objeto um pedido de decisão prejudicial apresentado, nos termos do artigo 267.o TFUE, pelo Conseil d’État (Conselho de Estado, em formação jurisdicional, França), por Decisão de 19 de julho de 2017, que deu entrada no Tribunal de Justiça em 21 de agosto de 2017, no processo Google LLC,

sucessora da Google Inc., contra Commission nationale de l'informatique et des libertés (CNIL). Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção). DJ: 24 set. 2019. **InfoCuria**. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=218105&pageIndex=0&doclang=PT&mode=lst&dir=&occ=first&part=1&cid=920855>. Acesso em: 12 jan. 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. **Constitution (1787)**. U.S. Constitution. Disponível em: <https://constitution.findlaw.com/amendment1.html> - Acesso em 08 jul. 2018.

VILLARONGA, Fosch Eduard.; KIESEBERG, Peter.; LI, Tiffany. Humans Forget, Machines Remember: Artificial Intelligence and the Right to Be Forgotten (August 13, 2017). Computer Security & Law Review (Forthcoming). Disponível em: SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3018186>. Acesso em 12 jan. .2020.

WARREN, D. Samuel; BRANDEIS, Louis D. The right to Privacy. *Harvard Law Review*, 1890.

ZETOONY, David. A. California and European Privacy FAQs: Does the “right to be forgotten” under the California Consumer Privacy Act require that companies delete the same type of information as the “right to be forgotten” under the GDPR? **BCLPLaw** 30. Jan. 2019. Disponível em: <https://www.bclplaw.com/en-US/thought-leadership/does-the-right-to-be-forgotten-under-the-california-consumer.html>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ZULIANO, Ênio Santarelli. Tribunal de Justiça de São Paulo. s/d. disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/enio-zuliano-camara-direito-privado.pdf>. Acesso em 12 jan. .2020.

ANEXO I

Tradução dos 13 critérios e comentários apresentados pela Grupo de Trabalho artigo 29 (Article 29 Data Protection Working Party) a respeito da implementação da decisão proferida no caso *Costeja*.

O documento original em inglês está disponível em: https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/opinion-recommendation/files/2014/wp225_en.pdf

CRITÉRIO	COMENTÁRIO
<p>1. O resultado da pesquisa está relacionado a uma pessoa natural - ou seja, um indivíduo? E o resultado da pesquisa é referente a pesquisa realizada com o nome do titular dos dados?</p>	<p>O julgamento do caso Google (<i>Costeja</i>) reconheceu o impacto específico que uma pesquisa na Internet, com base no nome de um indivíduo, pode ter no seu direito de respeitar a vida privada.</p> <p>As Autoridades Nacionais de Proteção de Dados (ANPDs) também considerarão pseudônimos e apelidos como termos de pesquisa relevantes quando o indivíduo puder estabelecer que está vinculado à sua identidade real.</p>
<p>2. O titular dos dados desempenha um papel na vida pública? O titular dos dados é uma figura pública?</p>	<p>O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) abriu uma exceção para desindexação de titulares de dados que desempenham um papel na vida pública, onde há interesse do público em ter acesso a informações sobre eles. Este critério é mais amplo que o critério de 'figuras públicas'.</p> <p>O que constitui "um papel na vida pública"?</p> <p>Não é possível estabelecer com certeza o tipo de papel na vida pública que um indivíduo deve ter para justificar o acesso público às informações sobre ele por meio de um resultado de pesquisa.</p> <p>Contudo, a título de ilustração, políticos, altos funcionários públicos, empresários e membros das profissões (regulamentadas) geralmente podem ser considerados como desempenhando um papel na vida pública. Há um argumento a favor do público poder buscar informações relevantes para suas funções e atividades públicas.</p> <p>Uma boa regra é tentar decidir onde o público que tem acesso a informações particulares - disponibilizadas por meio de uma pesquisa no nome do titular dos dados - os protegeria contra conduta pública ou profissional inadequada.</p>

	<p>É igualmente difícil definir o subgrupo de 'figuras públicas'. Em geral, pode-se dizer que figuras públicas são indivíduos que, devido às suas funções / compromissos, têm certo grau de exposição na mídia.</p> <p>A Resolução 1165 (1998) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre o direito à privacidade fornece uma possível definição de "figuras públicas". Ele afirma que "figuras públicas são pessoas que ocupam cargos públicos e / ou utilizam recursos públicos e, em termos mais gerais, todos aqueles que desempenham um papel na vida pública, seja na política, economia, artes, esfera social, esporte ou esporte. qualquer outro domínio".</p> <p>Pode haver informações sobre figuras públicas que sejam genuinamente privadas e que normalmente não devem aparecer nos resultados da pesquisa, por exemplo, informações sobre sua saúde ou familiares. Mas, como regra geral, se os candidatos forem figuras públicas e as informações em questão não constituírem informações genuinamente privadas, haverá um argumento mais forte contra a exclusão da lista de resultados de pesquisa relacionados a eles. Na determinação do equilíbrio, a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (a seguir: TEDH) é especialmente relevante.</p> <p>TEDH, von Hannover v. Alemanha (no.2), 2012: "O papel ou a função da pessoa em questão e a natureza das atividades objeto do relatório e / ou foto constituem outro critério importante, relacionado ao precedente 1. Nesse sentido, deve ser feita uma distinção entre indivíduos particulares e pessoas que atuam em um contexto público, como figuras políticas ou figuras públicas. Por conseguinte, enquanto um indivíduo privado desconhecido do público pode reivindicar proteção particular de seu direito à vida privada, o mesmo não acontece com figuras públicas (ver Minelli v. Suíça (dec.), nº 14991/02, 14 de junho de 2005, e Petrenco, citado acima, § 55). É necessário fazer uma distinção fundamental entre fatos capazes de contribuir para um debate em uma sociedade democrática, relacionados aos políticos no exercício de suas funções oficiais, por exemplo, e relatar detalhes da vida privada de um indivíduo que não exerce essas funções (ver Von Hannover, citado above, § 63, e Standard Verlags GmbH, citado acima, § 47)."</p>
<p>3. O titular dos dados é menor?</p>	<p>Como regra geral, se um titular de dados for menor de idade - por exemplo, ele ainda não tem 18 anos no momento da publicação das informações - é mais provável que as Autoridades Nacionais de Proteção de Dados (ANPDs) exijam a exclusão dos resultados relevantes.</p> <p>O conceito de "melhores interesses da criança" deve ser levado em consideração pelas ANPDs. Este conceito pode ser encontrado,</p>

	<p><i>inter alia</i>, no artigo 24 da Carta dos Direitos Fundamentais da UE: “Em todas as ações relacionadas às crianças, sejam elas tomadas por autoridades públicas ou instituições privadas, o melhor interesse da criança deve ser uma consideração primordial”.</p>
<p>4. Os dados estão precisos (corretos)?</p>	<p>Em geral, "preciso" significa preciso quanto a um fato. Há uma diferença entre um resultado de pesquisa que se relaciona claramente com a opinião de uma pessoa e outra que parece conter informações factuais.</p> <p>Na lei de proteção de dados, os conceitos de precisão, adequação e incompletude são similares. As ANPDs terão mais chances de considerar que a exclusão de um resultado de pesquisa é apropriada quando houver imprecisão quanto ao fato e quando isso apresentar uma impressão imprecisa, inadequada ou enganosa de um indivíduo. Quando um titular de dados se opõe a um resultado da pesquisa, alegando que é impreciso, as ANPDs podem atender a essa solicitação se o requerente fornecer todas as informações necessárias para estabelecer os dados, são evidentemente imprecisos.</p> <p>Nos casos em que uma disputa sobre a precisão das informações ainda esteja em andamento, por exemplo, em tribunal ou quando houver investigação policial em andamento, as ANPDs podem optar por não intervir até que o processo seja concluído.</p>
<p>5. Os dados são relevantes e não excessivos?</p> <p>a. Os dados estão relacionados à vida profissional do titular dos dados?</p> <p>b. O resultado da pesquisa está relacionado a informações que supostamente constituem discurso de ódio / calúnia / difamação ou ofensas semelhantes de expressão contra o requerente?</p> <p>c. Está claro que os dados refletem a opinião pessoal de</p>	<p>O objetivo geral desses critérios é avaliar se as informações contidas em um resultado de pesquisa são relevantes ou não, de acordo com o interesse do público em geral em ter acesso às informações.</p> <p>A relevância também está intimamente relacionada à idade dos dados. Dependendo dos fatos do caso, as informações publicadas há muito tempo, por exemplo, 15 anos atrás, pode ser menos relevante que as informações publicadas há 1 ano.</p> <p>As ANPDs avaliarão a relevância de acordo com os fatores descritos abaixo.</p> <p>a. Os dados estão relacionados a vida profissional do titular dos dados?</p> <p>Uma distinção inicial entre vida privada e vida profissional deve ser feita pelas ANPDs quando examinam a solicitação de retirada da lista.</p> <p>A proteção de dados - e a lei de privacidade mais amplamente - preocupam-se principalmente em garantir o respeito pelo direito fundamental à privacidade do indivíduo (e à proteção de dados). Embora todos os dados relativos a uma pessoa sejam dados pessoais, nem todos os dados sobre uma pessoa são privados. Há uma</p>

<p>um indivíduo ou parecem ser fatos verificados?</p>	<p>distinção básica entre a vida privada de uma pessoa e sua personalidade pública ou profissional. A disponibilidade de informações em um resultado de pesquisa se torna mais aceitável, menos revela sobre a vida privada de uma pessoa.</p> <p>Como regra geral, as informações relacionadas à vida privada de um titular de dados que não desempenha um papel na vida pública devem ser consideradas irrelevantes. No entanto, figuras públicas também têm direito à privacidade, embora de forma limitada ou modificada.</p> <p>É mais provável que as informações sejam relevantes se estiverem relacionadas à vida profissional atual do titular dos dados, mas muito dependerá da natureza do trabalho do titular dos dados e do interesse legítimo do público em ter acesso a essas informações por meio de uma pesquisa em seu site ou o nome dela.</p> <p>Duas perguntas adicionais são relevantes aqui: - Os dados sobre a atividade relacionada ao trabalho de uma pessoa são excessivos? - O titular dos dados ainda está envolvido na mesma atividade profissional?</p> <p>b. O resultado da pesquisa está vinculado a informações que são excessivas ou supostamente constituem discurso de ódio / difamação / calúnia ou ofensas semelhantes na área de expressão contra o requerente?</p> <p>As ANPDs geralmente não têm poderes e não estão qualificados para lidar com informações que possam constituir uma ofensa civil ou criminal de 'discurso' contra o reclamante, como discurso de ódio, calúnia ou difamação. Nesses casos, as ANPDs provavelmente encaminharão os dados à polícia e / ou ao tribunal se uma solicitação de exclusão da lista for recusada. A situação seria diferente se um tribunal tivesse ordenado que a publicação das informações fosse realmente uma ofensa criminal ou viola outras leis.</p> <p>No entanto, as ANPDs permanecem competentes para avaliar se a lei de proteção de dados foi cumprida.</p> <p>c. Está claro que os dados refletem a opinião pessoal de um indivíduo ou parecem ser fatos verificados?</p> <p>O status das informações contidas em um resultado da pesquisa também pode ser relevante, em particular a diferença entre opinião pessoal e fato verificado. As ANPDs reconhecem que alguns resultados de pesquisa conterão links para conteúdo que pode fazer parte de uma campanha pessoal contra alguém, consistindo em "reclamações" e talvez comentários pessoais desagradáveis. Embora a disponibilidade dessas informações possa ser prejudicial e desagradável, isso não significa necessariamente que as ANPDs</p>
--	--

	considerem necessário que os resultados de pesquisa relevantes sejam desmarcados. No entanto, as ANPDs terão mais probabilidade de considerar a exclusão da lista de resultados de pesquisa que contêm dados que parecem ser fatos verificados, mas que são de fato imprecisos.
6. A informação é sensível na acepção do artigo 8.o da Diretiva 95/46 / CE?	Como regra geral, os dados confidenciais (definidos no artigo 8 da Diretiva 95/46 / CE como 'categorias especiais de dados') têm um impacto maior na vida privada do titular dos dados do que dados pessoais 'comuns'. Um bom exemplo seria as informações sobre a saúde, sexualidade ou crenças religiosas de uma pessoa. As ANPDs têm maior probabilidade de intervir quando as solicitações de retirada da lista são recusadas em relação aos resultados de pesquisa que revelam essas informações ao público.
7. Os dados estão atualizados? Os dados estão sendo disponibilizados por mais tempo do que o necessário para a finalidade do tratamento?	Como regra geral, as ANPDs abordarão esse fator com o objetivo de garantir que as informações que não sejam razoavelmente atuais e que se tornem imprecisas porque estejam desatualizadas sejam excluídas. Essa avaliação dependerá da finalidade do processamento original.
8. O processamento de dados está prejudicando o titular dos dados? Os dados têm um impacto desproporcionalmente negativo na privacidade do titular dos dados?	<p>Não existe obrigação para o titular dos dados de demonstrar a existência de danos para solicitar a desindexação, ou seja, o dano não é uma condição para o exercício do direito reconhecido pelo TJUE. No entanto, onde houver evidências de que a disponibilidade de um resultado de pesquisa esteja prejudicando o titular dos dados, isso seria um forte fator a favor da desindexação.</p> <p>A Diretiva 95/46 / CE permite que os dados sujeitos ao objeto sejam processados quando houver motivos legítimos convincentes para fazê-lo. Onde houver uma objeção justificada, o controlador de dados deve parar de processar os dados pessoais.</p> <p>Os dados podem ter um impacto desproporcionalmente negativo no titular dos dados, quando um resultado de pesquisa se relaciona a um delito trivial ou tolo que não é mais - ou pode nunca ter sido - o assunto de debate público e onde não há interesse público mais amplo na disponibilidade da informação.</p>
9. O resultado da pesquisa está vinculado a informações que colocam o titular dos dados em risco?	ANPD reconhecerá que a disponibilidade de determinadas informações por meio de pesquisas na Internet pode deixar os titulares de dados abertos a riscos como roubo de identidade ou perseguição, por exemplo. Nesses casos, quando o risco é substancial, as ANPDs provavelmente consideram que a exclusão de um resulta-

	do de pesquisa é apropriada.
<p>10. Em que contexto a informação foi publicada?</p> <p>a. O conteúdo foi voluntariamente tornado público pelo titular dos dados?</p> <p>b. O conteúdo pretendia ser tornado público? O titular dos dados poderia razoavelmente saber que o conteúdo seria tornado público?</p>	<p>Se a única base legal para a disponibilidade de dados pessoais na internet for o consentimento, mas o indivíduo revogar seu consentimento, a atividade de processamento - ou seja, a publicação - não terá uma base legal e, portanto, deve cessar.</p> <p>Ao avaliar solicitações, a ANPD considerará se o link deve ser retirado da lista, mesmo quando o nome ou as informações não forem apagados antecipadamente ou simultaneamente da fonte original.</p> <p>Em particular, se o titular dos dados consentido com a publicação original, mas posteriormente, não puder revogar seu consentimento e uma solicitação de exclusão da lista for recusada, as ANPDs geralmente consideram que a exclusão do resultado da pesquisa é apropriada.</p>
11. O conteúdo original foi publicado no contexto jornalístico?	As ANPDs reconhecem que, dependendo do contexto, pode ser relevante considerar se as informações foram publicadas para fins jornalísticos. O fato de as informações serem publicadas por um jornalista cujo trabalho é informar o público é um fator que deve pesar na balança. No entanto, esse critério por si só não fornece uma base suficiente para recusar uma solicitação, uma vez que a decisão distingue claramente entre a base legal para publicação pela mídia e a base legal para os mecanismos de pesquisa organizarem os resultados da pesquisa com base no nome de uma pessoa.
12. O editor original dos dados tem um poder legal - ou uma obrigação legal - de disponibilizar publicamente os dados pessoais?	Algumas autoridades públicas têm o dever legal de disponibilizar publicamente certas informações sobre indivíduos - por exemplo, para fins de registro eleitoral. Isso varia de acordo com a lei e os costumes dos Estados-Membros. Onde for esse o caso, as ANPDs podem não considerar que a retirada da lista é apropriada enquanto persiste o requisito da autoridade pública de tornar as informações publicamente disponíveis. No entanto, isso deverá ser avaliado caso a caso, juntamente com os critérios de "desatualização" e irrelevância. As ANPDs podem considerar que a exclusão da lista é apropriada, mesmo se houver uma obrigação legal de disponibilizar o conteúdo no site original.
13. Os dados estão relacionados a um crime?	Os Estados-Membros da UE podem ter abordagens diferentes quanto à disponibilidade pública de informações sobre os infratores e seus delitos. Podem existir disposições legais específicas que afetam a disponibilidade dessas informações ao longo do tempo. As ANPDs lidarão com esses casos de acordo com os princípios e abordagens nacionais relevantes. Como regra, as ANPDs são mais propensas a considerar a exclusão da lista de resultados de pesqui-

	sa relacionada a ofensas relativamente menores que ocorreram há muito tempo, enquanto são menos propensos a considerar a exclusão da lista de resultados relacionados a ocorrências mais graves que ocorreram mais recentemente . No entanto, esses problemas exigem uma consideração cuidadosa e serão tratados caso a caso.
--	---

ANEXO II

Não só um, mas vários “direitos ao esquecimento” – Breve análise de decisões dos Tribunais Estaduais brasileiros

Processo	Decisão pertinente	Observações
TJ/AC		<i>Não foram localizadas decisões</i>
TJ/AL Processo nº 0720553- 76.2012.8.02.0001 Publicação em 26.07.2019	Decisão que reformou a sentença de origem e rejeitou o “direito ao esquecimento” pleiteado por um funcionário da Polícia Federal em face do compartilhamento de uma matéria jornalística pela Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF. Fundamentos para o não reconhecimento: interesse público, liberdade de expressão e informação.	No caso, entendemos que foi dada aplicação correta ao suposto “direito ao esquecimento”. O desembargador esclareceu que deveria prevalecer o direito à liberdade de expressão e informação, bem como destacou que “ <i>não pode o embargante, pessoa pública, sob a justificativa de que tem direito ao esquecimento, querer manter a responsabilidade de Federação que, consoante consignado alhures, se limitou a divulgar a existência de investigação de um fato atribuído ao demandante</i> ”.

<p>TJ/AP</p> <p>Proc. nº 0015068-51.2008.8.03.001</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” em razão do abandono processual em caso de lesão corporal. Esgotado o prazo processual foi proferida sentença absolutória que, dentre outros fundamentos, não obstante a inexistência de qualquer pleito, alegou a existência de um “direito ao esquecimento” da vítima.</p> <p>Fundamento para o reconhecimento de um “direito ao esquecimento”: artigo 64 do Código Penal.</p>	<p>A sentença apresenta uma aplicação preocupante dada ao “direito ao esquecimento”, além de citar o artigo 64 do Código Penal, a decisão reconheceu de ofício um suposto (e não pleiteado) “direito ao esquecimento” da vítima autora (e não do réu) para justificar a decisão.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>“É necessário que o magistrado tenha sensibilidade que o simples fato do processo não ser encerrado impede que a própria vítima siga em frente. A própria vítima abandona o processo por não ter mais interesse, seja porque a ferida já cicatrizou seja porque reconciliou com o acusado. Manter assim um processo ativo apenas para cumprir formalidades legais seria violar o próprio direito ao esquecimento da própria vítima”.</i></p>
--	--	---

<p>TJ/AM</p> <p>Proc. nº 4001809-08.2019.8.04.0000</p> <p>Publicação em 11.11.2019</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” ao autor que teria o seu nome vinculado a notícias relacionadas a um roubo à banco, o qual à época dos fatos teria tido interesse público e grande repercussão. Tendo o autor da ação sido absolvido do suposto crime e passados quatro anos da decisão, o Tribunal entendeu que o mecanismo de busca deveria desindexar as notícias relacionadas ao nome do autor.</p> <p>Fundamentos: Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil e a preocupante decisão proferida no REsp 1.660.168/RJ (Caso DNP), segundo a qual em casos “excepcionalíssimos” é possível a aplicação de um “direito ao esquecimento”, entretanto, tal excepcionalidade jamais consta das decisões.</p>	<p>Note-se que o “direito ao esquecimento” foi incorretamente utilizado como sinônimo de desindexação. Assim como, o Tribunal não realizou a devida ponderação de princípios em colisão. Liberdade de expressão e informação e direito do ofendido. Tampouco foi considerada que a medida não oferece um “esquecimento”, uma vez que as notícias permanecem acessíveis nos sites, assim como podem ser encontradas em outros mecanismos de busca.</p>
---	--	--

<p>TJ/BA</p> <p>Proc. nº 0022787-18.2017.805.0000</p> <p>Publicação: 19.03.2019</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” e deferiu o pedido de desindexação de links referentes a processo penal arquivado do resultado de pesquisa dos mecanismos de busca com fundamento na reabilitação penal.</p> <p>Fundamento: REsp 1.660.168/RJ (Caso DNP), segundo a qual em casos “excepcionalíssimos” é possível a aplicação de um “direito ao esquecimento”, entretanto, tal excepcionalidade jamais consta das decisões.</p>	<p>A decisão mistura os conceitos de um “direito ao esquecimento” clássico fundamentado na reabilitação e ressocialização com o conceito de desindexação. Além disso, não foi realizada ponderação dos princípios em conflito e tampouco sopesado o interesse público com relação à notícia. Ademais, o próprio Relator reconhece a inexistência de “esquecimento”, uma vez que a matéria poderá ser acessada por outros meios.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>“o pedido de supressão de links referentes a processo penal já arquivado encontra guarida tanto no direito ao esquecimento, como no instituto da reabilitação assegurado pela legislação penal (...) Cumpre ao Google e ao Yahoo a remoção de links do resultado das pesquisas de busca referente a matéria em exame, o que não impedirá o acesso ao conteúdo por outros meios”.</i></p>
--	--	--

<p>TJ/CE</p> <p>Proc. nº 0628757-20.2017.8.06.0000</p>	<p>Decisão que reconheceu a existência de um “direito ao esquecimento” e confirmou o pedido de antecipação de tutela para a desindexação de links do mecanismo de busca que associam o nome da autora a outras ações judiciais em que figura como autora, uma trabalhista e uma em que representa a sua filha que passou por uma enfermidade.</p> <p>Fundamento: REsp 1660168/RJ (Caso DNP), o qual dispõe que em casos “excepcionais” é possível o reconhecimento de um “direito ao esquecimento”, entretanto, não há qualquer parâmetro ou informação a respeito de qual seria tal excepcionalidade.</p>	<p>A decisão confunde “esquecimento” com desindexação. Além disso, não levou em consideração o interesse público com relação a indexação dos processos em que a autora figura no polo passivo e tampouco ponderou a inefetividade da medida, pois os processos poderão ser facilmente localizados por meio de consulta aos Tribunais.</p>
---	--	--

<p>TJ/DF</p> <p>Proc. nº 0716588-42.2018.8.07.0001</p> <p>Publicação em: 27.07.2019</p>	<p>Decisão que rejeitou o pedido para a desindexação de notícias atuais relacionadas ao envolvimento do autor em uma das fases da “Operação Lava Jato”.</p> <p>Fundamento: liberdade de expressão e interesse público.</p>	<p>A decisão rejeitou o reconhecimento de um “direito ao esquecimento” e corretamente observou que a ação não foi ajuizada em face dos mecanismos de busca e não dos sites que publicaram as notícias. Além disso destacou-se a contemporaneidade das notícias e o interesse público:</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>“A divulgação de informação relevante e contemporânea aos fatos, objeto de apuração em matérias jornalísticas disponibilizadas pelos sítios eletrônicos de busca não se enquadra em situação de “direito ao esquecimento”.</i></p>
<p>TJ/ES</p> <p>Proc. nº 0000831-50.2018.8.08.0024</p> <p>Publicação em: 22.10.2019</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” com relação a notícias que relacionavam o autor ao crime de lesão corporal por violência doméstica. Embora o autor da ação não tenha comprovado qualquer dano com relação às matérias jornalísticas, o Tribunal reconheceu a existência de um “direito ao esquecimento”.</p> <p>Fundamentos: Enunciado n.º 531, da VI Jornada de Direito Civil e REsp. 1.334.097/RJ, caso Chacina da Candelária.</p>	<p>A decisão utilizou como conceito de “direito ao esquecimento” o apresentado no REsp. 1.334.097/RJ, caso Chacina da Candelária, segundo o qual seria “um direito de não ser lembrado contra a sua vontade”. Não foi realizada a necessária ponderação entre liberdade de expressão, informação e interesse público referente às matérias jornalísticas em questão.</p>

<p>TJ/GO</p> <p>Proc. nº 5232889-82.2018.8.09.0000</p> <p>Publicação em: 13.08.2018</p>	<p>Decisão que rejeitou o acolhimento de um “direito ao esquecimento” em pedido liminar em que o autor da ação que desejava desassociar o seu nome à notícias atuais relacionadas a uma quadrilha.</p> <p>Fundamentos: liberdade de informação, liberdade de imprensa e contemporaneidade da notícia que se pretendia apagar.</p>	<p>A decisão corretamente ponderou liberdade de expressão, informação e direitos da personalidade. Diante da atualidade da notícias e da constatação no sentido de que a matéria jornalística não apresentava elementos desabonadores, mas sim cumpria o seu papel de informar, não foi reconhecido um “direito ao esquecimento”.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>“o direito ao esquecimento não é absoluto, devendo ser confrontado com o direito de informação e a liberdade de imprensa, direitos que certamente serão profundamente sopesados quando do julgamento de mérito (...)considerando que os fatos supostamente praticados são recentes e que as matérias jornalísticas apenas cumprem o seu papel de informar a sociedade, não ferindo nenhum direito de personalidade dos recorrentes, nesta fase preliminar, tem-se por ausente a verossimilhança do direito alegado”</i></p>
--	---	--

<p>TJ/MA</p> <p>Proc. nº 0809818-60.2018.8.10.0000</p> <p>Publicado em: 18.03.2019</p>	<p>Decisão que rejeitou o um “direito ao esquecimento” requerido pelo autor da ação em virtude da veiculação de matérias jornalísticas que associavam o seu envolvimento em um crime cometido no mesmo ano e ainda em fase de investigações.</p> <p>Fundamentos: liberdade de informação, interesse público e atualidade da notícia.</p>	<p>A decisão considerou a atualidade da notícia e o interesse público para negar a existência de um “direito ao esquecimento”.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>“no caso dos autos, a notícia supostamente inverídica veiculada pela parte agravada não se distancia em demasia da data do fato supostamente ilícito atribuído ao agravante, não tendo sido sequer comprovada, em verdade, que a matéria não condiz com a realidade dos fatos já que o agravante ainda responde ação penal (Processo nº 546/2018) decorrente desse fato, motivo pelo qual não incide o direito ao esquecimento (...) persiste o interesse público na divulgação da informação, não havendo que se falar, ao menos a princípio, em ilicitude da notícia veiculada pela agravada e, por consequência, em direito ao esquecimento”</i></p>
<p>TJ/MG</p> <p>Proc. nº 0107309-36.2013.8.13.0342</p> <p>Publicação em: 09.08.2018</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” ao autor que pleiteou a remoção de conteúdo de matérias jornalísticas a respeito de denúncias caluniosas após 2 anos do trânsito em julgado da sentença absolutória.</p> <p>Fundamentos: Constituição artigo 5º, X e Código Civil artigo 21.</p>	<p>O caso envolve o direito de imagem e a veiculação de informações inverídicas. Foi reconhecida existência de calúnia com relação ao autor e danos à imagem. Ou seja, o caso não envolve a veiculação de um fato verídico. Por tal motivo, entendemos que não seria necessário falar em um “direito ao esquecimento”, mas sim a utilização das normas já existentes no ordenamento jurídico brasileiro.</p>

<p>TJ/MS</p> <p>Proc. nº 0003244-97.2019.8.12.0021</p> <p>Publicação em: 26.09.2019.</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” ao autor como sinônimo da tutela prevista no art. 63 do Código Penal, segundo a qual passados cinco anos a condenação anterior não serve como computo para o cometimento de outros crimes.</p> <p>Fundamento: artigo 64 do Código Penal.</p>	<p>Assim como em outras decisões, tem se entendido que a tutela prevista no art. 64 do Código Penal é sinônimo de um “direito ao esquecimento” ou que faz parte de uma “teoria do direito ao esquecimento”.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>“quando se trata de condenação cuja pena foi cumprida ou extinta há muitos anos (aqui o cumprimento ocorreu há aproximadamente 10 anos), excepcionalmente, e em observância ao princípio da razoabilidade, tenho como possível aplicar a chamada teoria do "direito ao esquecimento" para excluir o juízo negativo acerca da moduladora dos antecedentes para fins de fixação da pena-base”</i></p>
<p>TJ/MT</p> <p>Proc. nº 1012557-92.2018.8.11.0000</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” e confirmou o pedido liminar para a remoção de notícia veiculada em jornal que relatava que o autor da ação teria sido esfaqueado em local de consumo de drogas denominado “Cracolândia”. A decisão reconheceu que ao citar o nome do autor a notícia teria denegrido a sua imagem.</p> <p>Fundamentos: direito à honra, imagem, moral e dignidade.</p>	<p>A decisão mistura o direito à imagem e um “direito ao esquecimento”. Assim como, não ponderou o interesse público com relação ao fato noticiado e tampouco a liberdade de expressão e informação.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>“Os documentos que instruem a inicial evidenciam a veiculação nas páginas da internet mantidas pelos requeridos de notícias de que o autor, vítima de ataque de faca em lugar denominado “Cracolândia”, seria usuário de drogas.</i></p> <p><i>Certo é que tais divulgações, independentemente da veracidade, atacam a honra, a moral e a dignidade do autor, bem como, ao que tudo indica, foram publicadas sem sua autorização”.</i></p>

<p>TJ/PA</p> <p>Proc. nº 0015875-24.2011.814.0401</p> <p>Publicação em: 04.07.2019</p>	<p>Decisão proferida em ação penal ajuizada por estupro de vulnerável em que foi reconhecida a prescrição da pretensão punitiva, em virtude da passagem do tempo e um “direito ao esquecimento”.</p> <p>Fundamento: decisão RHC 50.935/RJ, do STJ e arts. 107, inciso IV, art. 109, inciso III, c/c art. 110, § 1º, c/c art. 115, do Código Penal.</p>	<p>A decisão reconhece a prescrição da pretensão punitiva e de forma desnecessária cita um “direito ao esquecimento”. A decisão cita um precedente do STJ no <i>RHC 50.935/RJ</i>, que considerou que:</p> <p><i>“O exercício do jus puniendi encontra limitação não só nas garantias constitucionais que conferem legitimidade a eventual decreto condenatório; é restringido também pelo tempo, cuja inércia ao longo de determinado prazo, fixado pelo preceito secundário do tipo penal, impõe ao Estado o dever de não mais agir. Esse dever estatal constitui a faceta do direito do cidadão agressor ao conceito mais atual de "right to be forgotten" ou "right to be let alone", é dizer, direito ao esquecimento”.</i></p>
---	---	--

<p>TJ/PB</p> <p>Proc. nº 0001401-22.2014.815.0011</p> <p>Publicação em: 23.08.2018</p>	<p>Decisão que rejeitou um “direito ao esquecimento” e negou provimento ao recurso ajuizado por um Juiz que teria se sentido ofendido com a repercussão de uma decisão em que, diante da não remoção de vídeos de um candidato a Prefeito da plataforma YouTube, teria determinado a prisão de um dos diretores do Google e, posteriormente, teria sido ridicularizado na Internet. Por tal motivo, pleiteou a remoção das notícias e indenização por danos morais.</p> <p>Fundamentos: Artigo 19 do Marco Civil da Internet e interesse público.</p>	<p>O Relator entendeu que o mecanismo de busca não é responsável pelo conteúdo gerado por terceiros, bem como destacou a existência de interesse público com relação ao caso.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>Em que pese, na hipótese, a Apelada não haver procedido à retirada do conteúdo questionado após determinação judicial, a sua responsabilidade se limita à pessoa prejudicada com a publicação, que, em tese, seria o candidato a prefeito, e não o Apelante, que, na condição de Juiz Eleitoral, determinou a retirada da referida publicação. Competia ao Apelante, no exercício de sua função, utilizar-se das medidas legalmente previstas para fazer cumprir as determinações judiciais proferidas, de forma que a recalcitrância ou descumprimento pela Apelada não configura conduta apta a ensejar o dano moral alegado.</i></p> <p>(...)</p> <p><i>não há como atribuir à Apelada a responsabilidade pela repercussão social dos fatos acima mencionados, tendo em vista a publicidade das decisões judiciais, especialmente nos casos que envolvem questões relacionadas à política.</i></p>
<p>TJ/PE</p> <p>Proc. nº 0003850-03.2013.8.17.0990</p> <p>Publicação em: 05.10.2018</p>	<p>Decisão que reconheceu a existência de um “direito ao esquecimento” para fins de fixação da pena base no caso em que o autor seria reincidente.</p> <p>Fundamento: artigo 64 do Código Penal.</p>	<p>No caso, um “direito ao esquecimento” foi utilizado como sinônimo do que prevê o artigo do 64 Código Penal.</p>
<p>TJ/PI</p>		<p><i>Não foram localizadas decisões</i></p>

<p>TJ/PR</p> <p>Proc. nº 0000652-35.2019.8.16.0000</p> <p>Publicação em: 05.09.2019</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” para a desindexação de <i>links</i> relacionados ao nome do autor e associados à operação “Carne Fraca”.</p> <p>Fundamentos: REsp 1.660.168/RJ (Caso DNP) e Lei 13.709/19, Lei Geral de Proteção de Dados.</p>	<p>A decisão utiliza um “direito ao esquecimento” como sinônimo de desindexação, bem como cita o REsp 1.660.168/RJ como do reconhecimento de um “direito ao esquecimento” e ainda cita a Lei 13.709/19, Lei Geral de Proteção de Dados, que ainda não está em vigor, mas, segundo entendimento da Relatora a Lei teria “<i>modificado o entendimento jurisprudencial com relação a responsabilidade dos provedores</i>”.</p>
<p>TJ/RJ</p> <p>Proc. nº 0024501-30.2016.8.19.0203</p> <p>Publicação em: 07.11.2019</p>	<p>Decisão que rejeitou um “direito ao esquecimento” do autor da ação que pleiteou a desindexação de notícias relacionadas a sua participação em estelionato.</p> <p>Fundamentos: interesse público, atualidade das notícias.</p>	<p>A decisão reconhece a existência de um “direito ao esquecimento”, assim o Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil cita o precedente REsp 1.660.168/RJ (caso DNP) como sendo paradigma para que se reconheça um “direito ao esquecimento”. Entretanto, ao realizar ponderação do caso concreto entendeu que há interesse público na manutenção das notícias, uma vez que são verídicas e contemporâneas.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>Neste cenário, constata-se que, ao contrário do que alega o apelante, não se trata de notícia insignificante, mas, sim, de interesse relevante da sociedade local na divulgação dos fatos, tratando-se de serviço social de informação proveitosa para a segurança dos cidadãos.</i></p> <p><i>Ressalta-se que não há aqui a intenção de perpetuar a pena do apelante, mas sim de realizar um juízo de ponderação, a fim de se verificar qual direito fundamental deve prevalecer na hipótese, seja o direto à liberdade de imprensa e o de informar, seja o direito à honra.</i></p>

<p>TJ/RN</p> <p>Proc. n° 2016.003726-4</p> <p>Publicação em: 21.06.2016</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” com relação a condenações criminais pretéritas para fins de computo de novas condenações.</p> <p>Fundamento: artigo 64 do Código Penal.</p>	<p>A decisão cita o precedente do STF HC 130.613, de Relatoria do Min. Gilmar Mendes em que o disposto no art. 64 do Código Penal é tido como sinônimo de um “direito ao esquecimento”.</p>
<p>TJ/RS</p> <p>Proc. n° 0248015-79.2018.8.21.7000</p> <p>Publicação em: 2.05.2019</p>	<p>Decisão que rejeitou um “direito ao esquecimento” requerido pelo autor de ação que pleiteou a desindexação de resultados de busca realizados com o seu nome.</p> <p>Fundamentos: interesse público e atualidade das notícias.</p>	<p>A decisão reconheceu a existência de um “direito ao esquecimento” no Brasil. Ao analisar o caso concreto entendeu pela não existência de um “direito ao esquecimento” diante da contemporaneidade de notícia que se pretendia desvincular e em razão do interesse público.</p>

<p>TJ/RO</p> <p>Proc. nº 7004183-26.2016.8.22.0007</p> <p>Publicação em: 19.06.2019</p>	<p>Decisão que rejeitou um “direito ao esquecimento” ao autor, pessoa pública, que pretendeu o apagamento de notícias que o vinculavam com o esquema conhecido como “Máfia dos Sanguessugas”.</p> <p>Fundamentos: interesse público, liberdade de expressão e liberdade de imprensa.</p>	<p>A decisão levou em consideração o status de pessoa pública do autor da ação, bem como o interesse público com relação às notícias que se pretendiam remover e a liberdade de expressão e de imprensa. A decisão citou a Reclamação 22.328/RJ do STF, em que o Min. Barroso apresentou oito critérios para análise de casos envolvendo a colisão dos princípios da liberdade de expressão e direitos da personalidade.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>“não vislumbro a possibilidade de retiradas das publicações, pois “o interesse público na divulgação de informações – reiterando-se a ressalva sobre o conceito já pressupor a satisfação do requisito da verdade subjetiva – é presumido. A superação dessa presunção, por algum outro interesse, público ou privado, somente poderá ocorrer, legitimamente, nas situações-limite, excepcionabilíssimas, de quase ruptura do sistema. Como regra, não se admitirá a limitação de liberdade de expressão e de informação, tendo-se em conta a já mencionada posição preferencial (preferred position) de que essas garantias gozam” (RCL 22328/STF)”</i></p>
<p>TJ/RR</p> <p>Proc. nº 0000.17.001296-7</p> <p>Publicação em: 10.08.2018</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” para a desindexação de notícias que relacionavam o nome do autor a prática de ilícito cometido por ele.</p> <p>Fundamento: REsp nº 1.660.168 (Caso DNP).</p>	<p>A decisão adota o termo “direito ao esquecimento” como sinônimo de desindexação do mecanismo de busca e utiliza como fundamento o REsp nº 1.660.168 (Caso DNP) para alegar a existência do entendimento pacífico em prol do “direito ao esquecimento”.</p>

<p>TJ/SC</p> <p>Proc. nº 0300982-47.2014.8.24.0020</p> <p>Publicação em: 30.07.2019.</p>	<p>Decisão que rejeitou um “direito ao esquecimento” pleiteado pela autora que teve informações a respeito de negativação de crédito, pois, segundo a decisão não teriam se passado os cinco anos necessários e previstos no Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>Fundamento: Artigo 43, §1º, do Código de Defesa do Consumidor.</p>	<p>Apesar de não ter reconhecido um “direito ao esquecimento” no caso, a decisão reconhece que o previsto no art. 43, § 1º e 5º do Código de Defesa do Consumidor é sinônimo de um “direito ao esquecimento”.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>“Além disso, por versar o presente caso, sobre o direito ao esquecimento, cumpre transcrever o disposto no art. 43, § 1º e 5º, do CDC, in verbis: (...), o direito ao esquecimento só passa a existir após transcorrido o prazo cinco anos da inscrição nos bancos de dados restritivos de crédito, sendo que, a partir de então, não é possível manter, em hipótese alguma, os referidos registros.</i></p>
---	--	--

<p>TJ/SE</p> <p>Proc. nº 0005177-08.2019.8.25.0001</p> <p>Publicação em: 20.08.2019</p>	<p>Decisão que reformou a sentença de origem e rejeitou um “direito ao esquecimento” pleiteado pelo autor que pretendia a desindexação de resultados do mecanismo de busca que indicavam a existência de processos judiciais e notícias a respeito de um crime que o autor teria sido condenado.</p> <p>Fundamento: artigo 19 do Marco Civil da Internet, veracidade das notícias e inefetividade da tutela pretendida.</p>	<p>A decisão destacou a veracidade das notícias e da existência dos processos judiciais que podem ser consultados no Diário Oficial. Observou que os mecanismos de busca não são responsáveis pelo conteúdo produzido por terceiros.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>“cumpre asseverar que não se enquadra à estipulação alhures a obrigação judicial ad quo no sentido da Apelante desvincular a pesquisa do nome completo do autor dos resultados que levassem às notícias sobre o crime. Primeiro, porque não se trata de notícia falsa, e segundo, porque não há nos autos prova de que o processo criminal discriminado na peça de ingresso tramitou em segredo de justiça, de modo que a pesquisa está disponível no Diário Oficial.</i></p> <p><i>Destarte, vale ressaltar que, ainda que fossem bloqueados os resultados contendo o nome do apelado, a informação acerca da condenação criminal do autor continuaria disponível nos sites hospedeiros e poderiam ser acessadas mediante pesquisa direta nas páginas que veiculam tais informações, de modo que a mera exclusão de resultados em mecanismos de busca seria medida totalmente inócua”.</i></p>
--	--	---

<p>TJ/SP</p> <p>Proc. nº 1009334-18.2017.8.26.0011</p> <p>Publicação em: 24.09.2019</p>	<p>Decisão que reconheceu um “direito ao esquecimento” ao autor para remover notícias dos veículos que mencionavam o seu nome em notícias que relata a morte de seus pais cometida por sua irmã e pelo namorado de sua irmã. A notícia que comparou o caso ao de Suzane von Richthofen, já que além de as vítimas serem de classe média alta, elas foram executadas enquanto dormiam, com a participação do namorado da irmã do rapaz.</p> <p>Fundamentos: enunciado 531 da Jornada de Direito Civil e o REsp 1.660.168 (Caso DNP).</p>	<p>A decisão utiliza como fundamentos para reconhecer um “direito ao esquecimento” o enunciado 531 da Jornada de Direito Civil e o REsp 1.660.168. Não foi realizada ponderação de princípios e não foi levado o interesse público em consideração na decisão.</p> <p><u>Trecho da decisão:</u></p> <p><i>Não se estar diante de abuso do direito à informação, tendo em vista a preservação de um bem maior que são os direitos da personalidade do autor, entendendo que o pedido, neste ponto, deve ser acolhido para determinar ao réu que retire de sua plataforma matéria especificada pelo autor da rede mundial de computadores.</i></p> <p>Merece atenção a existência do voto divergente que considerou que:</p> <p><i>“A matéria deu ênfase aos fatos relacionados à morte dos pais do autor por crime de parricídio praticado pela filha dos falecidos (irmã do autor), os quais foram narrados de forma objetiva e sem juízo de valor. Além disso, o interesse coletivo e público de acesso à informação se sobrepõe ao interesse particular de preservação da vida privada”. (...) “foi publicada sem abuso no exercício da liberdade de imprensa, aludindo de modo imparcial e claro o fato que foi objeto de ação criminal encerrada, com escassas referências ao requerente”. Logo, não há que se “falar em abalo ilícito a sua integridade psíquica”.</i></p>
<p>TJ/TO</p>		<p><i>Não foram localizadas decisões</i></p>